



Licença de Operação

Processo Nº 23/107053/2011

LO Nº: 445

Ano 2011

Nº Licença Anterior: LI 59

Data de Expedição: 26/6/2009

O INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL – IMASUL/MS, autarquia vinculada à SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, DO PLANEJAMENTO, DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA – SEMAC/MS, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei nº 2.152 de 26/10/2000, (alterada pelas Leis nº 2.598 de 26/12/2006 e 3.345, de 22/12/2006), EXPEDE a presente LICENÇA DE OPERAÇÃO – LO, em consonância com a Lei nº 90, de 02/06/1980, regulamentada pelo Decreto nº 4.625, de 02/06/1988, de acordo com a Lei nº 2.257, de 09/07/2001, alterada pela Lei nº 3.992, de 16/12/2010 e normatizada através da Resolução SEMAC nº 08 de 31/05/2011.

Requerente: EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. **CPF/CNPJ:** 03982931000120
SANESUL

Endereço do Empreendimento: Rodovia do Calcário - saída para Miranda

Complemento: XXXXXXXXXXXXXXXXXX

Bairro: Perímetro Urbano

Município: Bodoquena

CEP: 79390-000

UF: MS

Bacia Hidrográfica: Paraguai/Rio Miranda

Corpo Receptor: Córrego Taquarussu

Área Ocupada Prevista: 1800 m²

Área Total: 70405,45 m²

Atividade: 7.33 - ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO - ETE

capacidade: 20 L/s

VALIDADE LICENÇA: 4 ano(s)

coordenada S: 20°31'48,76"

coordenada W: 56°39'55,43"

Condicionantes Específicas:

1. Esta Licença autoriza a operação do empreendimento para a atividade de Sistema de Tratamento de Esgoto, constituído por 8.861,32 metros de Rede Coletora de Esgotos Sanitários, 1.479,00 metros de Coletor Tronco, 417 Ligações Domiciliares e 04 Estações Elevatórias de Esgoto - EEE com suas respectivas linhas de recalque e 01 (uma) Estação de Tratamento de Esgoto, com capacidade de tratamento de 20,0 L/s, composta por gradeamento, desarenador ligado à caixa de areia, medidor de vazão (calha parshall), 04 (quatro) lagoas de estabilização e emissário final;

2. Ficam autorizadas apenas as atividades acima discriminadas;

3. Apresentar ao IMASUL/SEMAC/MS, trimestralmente a contar da data de assinatura desta Licença, o Relatório Técnico de execução do Plano de Automonitoramento (PAM), no máximo 10 (dez) dias após um período trimestral de coleta de dados, com a identificação e assinatura do profissional responsável pela interpretação dos resultados analíticos, acompanhado da ART e dos respectivos boletins analíticos das amostras, que deverão ser coletadas mensalmente na entrada e na saída do sistema de tratamento de efluentes e a montante e a jusante do lançamento dos efluentes no corpo receptor, imediatamente após a zona de mistura, contemplando os seguintes parâmetros: vazão, temperatura do ar e da água, pH, Condutividade elétrica, DBO₅, 20, DQO, OD (somente no corpo receptor), Fósforo Total, Nitrogênio amoniacal, Óleos e Graxas, Sólidos Suspensos, Sólidos Dissolvidos Totais e coliformes termotolerantes. As coletas e as análises laboratoriais para o efluente final e água superficial do corpo receptor deverão ser realizadas na mesma data, e com menor intervalo de tempo possível entre as coletas das amostras. Este relatório deverá contemplar avaliação da eficiência do sistema de tratamento de efluentes, através de análise comparativa entre os resultados da entrada e saída; atendimento à legislação aplicável; tipo e local de amostragem; conclusões e ações remediadoras caso seja constatada a ineficiência do sistema, bem como todas as demais considerações pertinentes decorrentes dos resultados. Este relatório deve ser apresentado ao IMASUL, com cópia em meio digital. O arquivo digital deve ser compatível com Microsoft Excel® (dados numéricos), Microsoft Word® (textos) e as figuras compatíveis com formato jpg. O relatório deve conter obrigatoriamente, no mínimo, os seguintes itens e informações:

a) Razão Social e endereço completo do empreendimento;

b) Planta ou croqui do empreendimento com a indicação dos pontos de monitoramento e as respectivas coordenadas geográficas de cada um. As coordenadas devem ser expressas em graus, minutos e segundos, utilizando-se como referência o Datum Horizontal SAD 69 ou SIRGAS 2000;

c) Interpretação e comparação dos resultados das análises bem como a comparação dos dados entre si.

4. Deverão ser adotadas medidas de controle de odores quando da operação das Estações Elevatórias de Esgoto;

5. O lançamento de efluentes deverão apresentar padrões de qualidades de forma a não alterar a classe em que o corpo receptor está enquadrado para atender a Deliberação CECA nº 03/1997 e a Resolução CONAMA nº 357/2005, complementada e alterada pela Resolução CONAMA nº 430/2011; CONTINUAÇÃO DAS CONDICIONANTES

ESPECÍFICAS ÀS FL.02/03...../

.....
CONTINUAÇÃO DAS CONDICIONANTES ESPECÍFICAS DA LO Nº. 445/2011

- 6.Fica proibido o lançamento de lodo "in natura" diretamente no solo, sendo que para a remoção do lodo proveniente da ETE, deverá ser apresentado ao IMASUL/SEMAC-MS o cronograma de remoção com antecedência mínima de 1 (um) mês, contemplando projeto de disposição do mesmo;
- 7.Deverá ser mantida a cortina arbórea no entorno da ETE;
- 8.Projeto de recuperação de uma Área de Preservação Permanente - APP conforme a Instrução Normativa nº 05/2009 do Ministério do Meio Ambiente – MMA, como medida ecológica de caráter compensatório referente a intervenção na área de APP do Córrego Taquarussú para instalações de obras de condução de efluentes tratados, em atendimento à Resolução CONAMA nº 369/2006;
- 9.O empreendedor deverá implantar um posto de medição de vazões no córrego Taquarussú, num prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data de assinatura desta Licença, com instalação de réguas a montante do ponto de lançamento no curso d'água, de forma que não haja interferência do volume dos efluentes descartados. As medições deverão ser diárias e obtidas às 7h e às 17h, as vazões calculadas deverão ser entregues mensalmente ao IMASUL/SEMAC/MS, em meio impresso e digital;
10. O empreendedor deverá implantar um pluviômetro em local apropriado do empreendimento, num prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data de assinatura desta Licença. As medições deverão ser diárias e obtidas em horário único, os índices levantados deverão ser entregues mensalmente ao IMASUL/SEMAC/MS, em meio impresso e digital;
- 11.Os resíduos sólidos gerados deverão ser recolhidos, coletados, acondicionados e estocados transitoriamente em abrigos que atendam as recomendações técnicas;
- 12.Fica proibida a emissão de substâncias odoríferas que possam causar incômodo à vizinhança, bem como a emissão de material particulado e queima ao ar livre de resíduos de qualquer natureza e em qualquer estado dentro da área do empreendimento ou em área de terceiros;
- 13.Qualquer alteração no projeto, diversificação da atividade, alteração na capacidade e/ou no sistema de Controle Ambiental, deverá ser previamente autorizada por este IMASUL/SEMAC/MS;
- 14.Fica proibida a disposição inadequada de qualquer tipo de resíduos e em qualquer estado físico, em área de propriedade do empreendimento ou pertencentes a terceiros, de maneira a assegurar a não contaminação dos recursos hídricos, quer sejam superficiais ou subterrâneos;
- 15.Fica proibida emissão de qualquer tipo de substância odorífera em quantidades que possam ser perceptíveis fora da área da propriedade do empreendimento;
- 16.Comunicar imediatamente este IMASUL/SEMAC/MS caso ocorra falha no sistema de bombeamento, extravasamento do esgoto ou qualquer outro tipo de acidente.
-/

CONDICIONANTES GERAIS DA LICENÇA DE OPERAÇÃO Nº 445 / 2011

1. Esta Licença não isenta o empreendedor de cumprir as formalidades legais junto aos órgãos federais, estaduais ou municipais;
2. A eficiência do Sistema de Controle Ambiental – SCA é de responsabilidade exclusiva do empreendedor e do responsável técnico pelo projeto/execução;
3. O IMASUL/SEMAC/MS reserva-se o direito de a qualquer momento e de acordo com as normas legais, exigir melhorias e/ou alterações na operacionalização do Sistema de Controle Ambiental;
4. Qualquer alteração na Titularidade e/ou Razão social da empresa deverá ser comunicada imediatamente ao IMASUL/SEMAC/MS;
5. Qualquer alteração, ampliação e/ou diversificação da atividade deverá ser previamente licenciada por este IMASUL/SEMAC/MS;
6. Esta licença deverá permanecer em lugar visível do empreendimento, para efeito de fiscalização;
7. A concessão desta Licença deverá ser publicada em periódico de circulação local/regional e no Diário Oficial do Estado no prazo de 30 (trinta) dias, a partir de sua assinatura, conforme Resolução CONAMA Nº. 006 de 24 de janeiro de 1986, observando o princípio da publicidade. Os referidos editais de publicação deverão ser enviados a este Instituto, sob pena de suspensão desta Licença;
8. Mediante decisão motivada esta Licença poderá ser suspensa e/ou cancelada, sem prejuízo da adoção das outras medidas punitivas administrativas e judiciais, quando ocorrer:
I – Violação ou inadequação de quaisquer das condicionantes acima descritas ou normas legais;
II – Omissão ou falsa descrição das informações relevantes que subsidiaram a expedição desta Licença;
III – Superveniência de graves riscos ambientais e à saúde.

VALIDADE DA PRESENTE LICENÇA: 4 ano(s) da data de sua assinatura.

A renovação desta Licença deverá ser solicitada num prazo mínimo de 120 (cento e vinte) dias anterior ao seu vencimento

Campo Grande, 20 OUT 2011

Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia
Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul

Carlos Alberto N. Said Menezes
Diretor Presidente - IMASUL